

A FUNÇÃO EDUCATIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO.

Laís Alcântara Rios Lima¹

Resumo

O presente artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica realizada no curso de especialização em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação e tem como objetivo discutir a constituição e os princípios dos Movimentos Sociais do Campo, bem como analisar a função educativa presente nos mesmos. Os Movimentos Sociais do Campo tem como uma de suas finalidades tornar o campo um local possível de se viver com dignidade e diminuir a migração da população rural para as cidades. Nestes movimentos há uma intencionalidade em formar cidadãos politizados, críticos, capazes de defender seus direitos, agentes da transformação social e interessados em lutar pelos objetivos do movimento social que são integrantes. Vale ressaltar que a educação que ocorre nos movimentos sociais do campo é a educação não-formal, ou seja, uma educação que tem uma intencionalidade em criar determinadas qualidades no grupo e alcançar alguns objetivos, mas que não respeita a rotina e nem a estrutura da educação formal, além de não dar certificações de níveis de ensino ou profissionais.

Palavras-chave: Movimentos Sociais do Campo. Função Educativa. Educação não-formal.

Introdução

Na sociedade contemporânea as fronteiras entre o rural e o urbano estão se reconfigurando. As relações entre esses espaços tornaram-se muito mais ricas e complexas do que no passado, devido aos processos de urbanização, industrialização e globalização. Neste contexto existem discussões referentes a dificuldade em definir o mundo rural e mostrar que este espaço não pode mais ser limitado como o setor agrícola, externo ao perímetro urbano. Ele é um espaço heterogêneo onde atividades agrícolas coexistem com as não agrícolas que crescem significativamente.

¹ Discente do curso de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), participante do grupo de estudo em Educação do Campo da UEFS e professora da Rede Municipal de Ensino de Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos - Ba .

Diante da intensificação das inter-relações (culturais e sociais) entre o rural e o urbano e da crescente transformação das condições de vida e de trabalho no espaço rural, muitos cientistas sociais brasileiros passaram a acreditar que o mundo rural iria desaparecer e que esse desaparecimento seria um dos resultados esperados e desejados da modernização da sociedade.

Entretanto, chegamos ao século XXI e o mundo rural continua existindo. O que os estudiosos da temática chamam a nossa atenção é para o fato da existência de um novo rural que não é mais apenas agrícola e homogêneo, mas sim diverso. Contraditoriamente ao que esperavam os cientistas sociais brasileiros, a sociedade atual lentamente começa a re-significar e re-valorizar o meio rural, passando a enxergá-lo como portador de soluções para problemas sociais que afetam tanto o meio rural como o urbano (WANDERLEY, 2002).

Esta revalorização ocorre devido o aumento das preocupações com o meio ambiente, com o desemprego, com o processo de favelização nas grandes cidades e com todos os demais problemas sociais, gerados pelo modelo de desenvolvimento econômico e social, excludente, desigual e urbanocêntrico.

É importante salientar que mesmo com a tentativa na esfera científica em difundir a idéia de uma nova relação entre o rural e o urbano, onde estes espaços são interdependentes e complementares, ainda predomina a visão de uma clara oposição entre os mesmos. Sendo o rural considerado como um lugar ultrapassado, desinteressante e inferior.

É essa idéia de oposição ainda presente em nossa sociedade que justifica o abandono a que foi submetida a maior parte do campo brasileiro, por parte dos governantes ao longo da história do país. A população camponesa sofre com a falta de políticas públicas voltadas para as suas necessidades.

Nesse contexto, observa-se a relevante atuação dos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida das populações rurais. Eles representam uma nova consciência do direito a terra, a igualdade, a saúde, ao conhecimento, a cultura e a educação (ARROYO, 2004)

Os Movimentos Sociais do Campo tem como uma de suas finalidades tornar o campo um local possível de se viver com dignidade e diminuir a migração dos jovens para as cidades. Para isso estes movimentos sabem que é necessário um processo de formação do sujeito que vive no campo e que venha a ser agente das transformações sociais requeridas.

Diante do exposto, o presente artigo foi elaborado a partir da pesquisa bibliográfica realizada no curso de especialização em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação e tem como objetivo discutir a constituição e os princípios dos Movimentos Sociais do Campo, bem como analisar a função educativa presente nos mesmos.

A constituição dos Movimentos Sociais do Campo.

Um movimento social surge quando o contexto sócio histórico faz com que um grupo de pessoas com algumas características em comum agrupem-se e enfrentem outras classes sociais e o Estado para fazer valer seus interesses. Partindo desse pressuposto podemos afirmar que os primeiros movimentos sociais do campo possuíam como causas principais a luta pelo acesso a terra e pela justiça social.

O modelo agrícola implantado no Brasil no período colonial centrado na grande propriedade monocultora possibilitou a concentração de terra por uma minoria e impediu grande parte da população de ter acesso à terra e ao processo de desenvolvimento do país. Nesta linha de raciocínio, Gohn (1997, p.141) acrescenta que:

A luta das classes populares pela terra no Brasil é secular. Desde a época da Colônia e da escravidão a aquisição de um pedaço de terra para produzir e nela habitar se constitui em um sonho da maioria da população pobre do campo. No século XIX e primeira metade do século XX, ocorreram vários movimentos messiânicos, liderados por religiosos fanáticos ou carismáticos que buscavam construir um outro mundo para seus seguidores, sem injustiças e com igualdade social.

Os dois principais movimentos messiânicos foi a Revolta de canudos (1896-97) que ocorreu no sertão da Bahia liderada por Antônio Maciel mais conhecido como Antônio Conselheiro e a Revolta do Contestado (1912-16) no Sul (fronteira dos Estados de Santa Catarina e Paraná) liderada por José Maria. O exército praticamente exterminou os camponeses de Canudos e do Contestado acusando-os de monarquistas. Martins (1986, p.61) chama a atenção para o fato de que:

Os movimentos messiânicos só se transformaram em lutas armadas porque seus adeptos foram atacados e atacados por razões que só mediatamente e não imediatamente tinha alguma coisa haver com o perigo que eles pudessem representar para a ordem constituída.

Os movimentos messiânicos e o cangaço foram as formas dominantes de organização e de manifestação da rebeldia camponesa até 1940. No período entre o processo de redemocratização (1945) e o golpe militar de 1964 os conflitos no campo ampliaram-se e se generalizaram. Os principais sujeitos sociais que se envolveram nas lutas no campo foram os posseiros, foreiros, sem-terra e assalariados.

Destacam-se no período mencionado no parágrafo anterior os seguintes conflitos: Revolta de Trombas e Formoso em Goiás (1955); Guerrilha de Porecatu no Paraná (1950); Revoltas na região de pato Branco, Francisco Beltrão e Capané no Sudoeste do Paraná (1957); Conflitos entre camponeses e fazendeiros em Santa Fé do Sul - São Paulo (1959); As lutas dos assalariados nas greves que sucederam e antecederam os anos 50 na região Nordeste e São Paulo (MARTINS, 1986); (GHEDINI, 2007).

Ao analisar as mobilizações dos camponeses no período anterior ao golpe militar de 1964 Martins (1986) inferi que a partir dos anos 50 a Liga Camponesa² e os Sindicatos³ serão as formas mais importantes de organização e luta política dos camponeses. Vale ressaltar que além das organizações citadas por Martins nesse período surgiram também as Ultabs⁴ – Uniões dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil e o MASTER⁵ – Movimento dos Agricultores Sem Terra.

A Liga Camponesa mencionada por Martins (1986) foi como ficou conhecida a associação de foreiros denominada Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco que surgiu em 1955 no Engenho da Galiléia (localizado no município de Vitória de Santo Antão - PE). De acordo com Azevedo (1982) os foreiros que criaram a Sociedade Agrícola tinham entre os objetivos principais a formação de um fundo mútuo para assistência médica e jurídica, criação de escolas e de uma caixa funerária para os

² As primeiras Ligas Camponesas que surgiram no Brasil remontam ao período imediatamente posterior a redemocratização de 1945. Elas nasceram sob a iniciativa e direção do recém legalizado Partido Comunista Brasileiro e sob a forma de associações civis que permitiam a mobilização e a organização dos camponeses e dos trabalhadores rurais com o amparo do Código Civil (AZEVEDO, 1982).

³ O decreto 7038 de 1944 autorizava a sindicalização rural, mas esta lei não era implementada devido a falta de pressão das massas rurais, desorganizadas politicamente, o desinteresse do governo e a resistência dos grandes proprietários. Assim, até 1955, o Ministério do Trabalho só tinha reconhecido o Sindicato Rural de Campos (1933) e o dos trabalhadores da Usina Barreiros (1954), além de mais três outros, sendo dois em São Paulo e um na Bahia (AZEVEDO, 1982).

⁴ A Ultab foi criada em São Paulo no ano de 1954 na 2ª Conferência Nacional de lavradores e Trabalhadores Agrícolas com a participação de 308 representantes de dezesseis Estados e o apoio do partido Comunista Brasileiro. Ela tinha como objetivo congregar as associações já existentes e organizar novas associações ou sindicatos (AZEVEDO, 1982).

⁵ Atuava apenas no Rio Grande do Sul sob a orientação de líderes rurais ligados a Brizola. O MASTER tinha uma preocupação maior em conter as tensões sócias no campo do que provocar uma revolução camponesa (AZEVEDO, 1982) (GHEDINI, 2007).

associados. Essas eram reivindicações mínimas capazes de mobilizar os camponeses do Engenho da Galiléia.

As Ligas se espalharam por todo o Nordeste tendo inicialmente o apoio e o estímulo do Partido Comunista Brasileiro. Elas defendiam a reforma agrária radical e representavam os interesses dos camponeses. Sendo assim, ameaçavam o monopólio da terra, o poder das oligarquias e da burguesia agroindustrial.

A partir da década de 60 o Partido Comunista Brasileiro focaliza a sua atenção nos assalariados e semi-assalariados agrícolas deixando o camponês para segundo plano. É nesse período que o partido inicia as suas divergências com as Ligas que viam no campesinato a principal força revolucionária do movimento social no campo. Martins (1986, p.78) afirma que:

As Ligas dirigiam-se para uma proposta de revolução camponesa, enquanto que a estratégia do Partido Comunista caminhava na direção de uma coexistência pacífica com a burguesia, que deveria resultar numa revolução democrático-burguesa.

Em 1961 as Ligas rompem definitivamente com o Partido Comunista e passam a disputar o poder político no movimento social do campo com o próprio Partido Comunista e com a Igreja que disputavam a fundação e o reconhecimento pelo Estado dos Sindicatos Rurais.

As Ligas Camponesas não conseguiram vencer seus adversários e começaram a perder sua hegemonia no movimento camponês a partir de 1962 quando o Governo Goulart decidiu estimular a sindicalização em massa no campo. Segundo Azevedo (1982, p.99) esse estímulo ocorreu “na tentativa de desviar as mobilizações agrárias para o controle do Estado Populista”. Ainda de acordo com o mesmo autor:

As cartas sindicais liberadas pelo Ministério do Trabalho seriam concedidas prioritariamente ao Partido Comunista Brasileiro e aos setores da Igreja que atuavam na área rural, e resultariam na segmentação ideológica, política dos camponeses e dos trabalhadores rurais, deslocando assim a liderança das Ligas e isolando-as politicamente. (AZEVEDO, 1982, p. 99).

Com o enfraquecimento das Ligas Camponesas foi criada em dezembro de 1963 sob o controle comunista a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Grzybowski (1990, p.61) declara que a CONTAG “é indiscutivelmente a principal instância de mediação e representação dos trabalhadores rurais”. O mesmo autor salienta ainda que:

A CONTAG mais do que uma unidade política das lutas é uma unidade corporativa outorgada, baseada numa legislação cujo sentido político mais profundo é, exatamente, manter o movimento sindical atrelado ao Estado e restringir o alcance da representação sindical dos trabalhadores e limitar sua cidadania.

Os conflitos no campo, no período entre 1940 e 1964, que possibilitou a formação de Movimentos Sociais e Organizações Populares foram símbolos da resistência dos trabalhadores rurais contra o modelo de desenvolvimento agrário exportador que os submeteu a miséria e exclusão de direitos, beneficiando a elite agrária (latifundiários). Este foi um período de surgimento de sujeitos sociais (posseiros, foreiros, sem-terras) que se organizaram politicamente para defender seus direitos.

Com o golpe militar em março de 1964 a abertura democrática vivida no período que o antecedeu, a possibilidade de transformar conflitos em lutas e materializá-las em organizações e, os avanços obtidos desde o aparato legal do Estado foram destruídos (GHEDINI, 2007)

Ao analisar algumas das conseqüências do golpe militar (1964) para as lutas dos trabalhadores rurais, Medeiros (1989) citado por Ghedini (2007, p.50) afirma que:

Com o golpe militar encerra-se um período muito rico que, através da articulação de um complexo processo político, cujas reivindicações imediatas articuladas com demandas amplas, construíram possibilidades concretas de não apenas resistir na terra, mas de dar resposta ao conflito agrário através da organização, do conhecimento e da disputa das condições de existência.

No início do regime militar as resistências dos trabalhadores rurais sofreram violenta repressão, fazendo com que os movimentos e organizações fossem silenciados. Conforme Medeiros (1990) citado por Ghedini (2007) os sindicatos que continuaram atuando, desenvolveram formas de trabalho de acordo com as possibilidades existentes, ou seja, submeteram-se ao que o Estado lhe outorgava, tornando-se assistencialistas.

O Estado cria em novembro de 1967, o Estatuto da Terra que faz da reforma agrária brasileira uma reforma de emergência com o objetivo de desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornasse tenso oferecendo riscos políticos (MARTINS, 1986). Vale ressaltar que apesar da violenta repressão sobre os trabalhadores rurais, seus movimentos e organizações, a CONTAG e a Igreja através da

CPT – Comissão Pastoral da Terra⁶ – conseguiram manter o problema da reforma agrária como um problema nacional e político.

O governo militar tinha como projeto a modernização do país e o seu desenvolvimento econômico, para alcançar seu objetivo apoiava a elite agrária e o fortalecimento do capitalismo. Neste contexto os trabalhadores rurais estavam novamente excluídos da ordem social e não tinham organizações formais de representação que defendessem seus direitos. Por este motivo os problemas relacionados ao acesso e ao trabalho na terra tornam-se insustentáveis e os conflitos que estavam ocorrendo timidamente em lugares específicos voltam a eclodir em todo o território nacional e se ampliam em número e extensão a partir do final da década de 70.

É importante mencionar que nesse período de crise do regime militar e transição para Nova República surge nos conflitos do campo novos segmentos sociais. Como por exemplo, os trabalhadores do campo que perdem suas terras devido à construção das grandes barragens hidrelétricas e os seringueiros.

Ao analisar o final dos anos 70 e início dos 80 Grzybowski (1990, p.17) enumera como características principais desse momento histórico “a generalização de lutas sociais no campo, a sua diversificação geográfica e social, com a entrada em cena de diferentes segmentos de trabalhadores e ao mesmo tempo a não centralidade das lutas, a sua fragmentação”. Seguindo essa linha de raciocínio, o mesmo autor acrescenta que:

A diversidade de movimentos sociais no campo é determinada pela diversidade de contradições existentes e modos de viver e enfrentá-las. As bases dos movimentos estão implantadas nas diversas formas sociais de inserção dos diferentes segmentos de trabalhadores rurais na estrutura agrária e no processo de produção agropecuária. (GRZYBOWSKI, 1990, p. 17).

A fim de evidenciar essa diversidade de movimentos sociais no campo Grzybowski (1990) qualifica-os e agrupa-os em quatro: Lutas contra a expropriação: Movimento dos camponeses pela terra; Lutas contra as formas de exploração e assalariamento: Movimento dos operários do campo; Lutas contra a subordinação do trabalho ao capital: Movimentos dos camponeses integrados; Alternativas de produção, mulheres, previdência social: Novas frentes de luta no campo.

⁶ A CPT iniciou seu trabalho de mobilização dos camponeses e trabalhadores rurais em 1975, quando as violências contra os lavradores do campo, sobretudo na Amazônia, haviam chegado a níveis assustadores (MARTINS, 1986).

No primeiro grupo, Lutas contra a expropriação: Movimento dos camponeses pela terra, o autor considera as situações de luta pela terra que configuram um movimento. Esses movimentos são heterogêneos em sua extensão, forma e quanto a sua composição social interna devido às diferentes formas de expropriação impostas pela expansão capitalista. São eles: Movimentos de posseiros; Movimento dos Sem Terra; Movimentos das Barragens; Lutas Indígenas.

No segundo grupo, Lutas contra as formas de exploração e assalariamento: Movimento dos operários do campo está os movimentos dos trabalhadores rurais assalariados que lutam contra as formas e o caráter de sua integração na estrutura e no processo de produção capitalista. Os trabalhadores rurais queriam ter acesso aos direitos adquiridos pelos trabalhadores urbanos: férias, jornada de trabalho, salário mínimo.

No terceiro grupo, Grzybowski (1990) analisa as lutas cujo motivo mais imediato são os preços e a política agrícola e têm como atores principais os camponeses que mais se modernizaram e se integraram sob o impulso da industrialização da economia brasileira. São exemplos dessas lutas: O Movimento dos produtores de Fumo, O Movimento do leite (Rio Grande do Sul), Movimento dos Produtores de Uva (Rio Grande do Sul), Movimento dos Produtores de Soja de toda Região Sul com ramificações no Mato Grosso do Sul, Movimento dos Camponeses Suinocultores (Santa Catarina, Paraná).

No quarto grupo, o autor analisa os movimentos mais recentes que incluem nas lutas dos trabalhadores rurais questões novas. Entre essas novas frentes de luta no campo Grzybowski (1990) destaca o movimento das mulheres que reivindicam reconhecimento social e legal de sua situação como mulheres e trabalhadoras: direito a sindicalização, à terra, à previdência social e o movimento assumido pelos sindicatos e federações que é ligado aos direitos e a política de previdência social aos trabalhadores do campo.

Essa diversidade de Movimentos Sociais apresentada por Grzybowski (1990) que permanecem no período da Nova Republica torna evidente que os trabalhadores do campo estão cada vez mais organizados e que as causas de suas lutas também estão se diversificando na medida em que novas necessidades emergem.

Nas últimas décadas os movimentos sociais do campo vêm pressionando o Estado a produzir Políticas Públicas que garantam a efetivação dos direitos da

população rural, contribuindo para melhoria da qualidade de vida da mesma. São significativas as palavras de Arroyo (2004, p.73) ao afirmar que:

O movimento social no campo representa uma nova consciência do direito à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde, à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizam, os riscos que assumem, mostram quanto se reconhecem sujeitos de direitos.

Dentre a luta desses movimentos sociais, encontra-se a luta pela concretização de uma educação do/para o campo que valorize os conhecimentos prévios dos educandos, e contribua para o desenvolvimento integral do homem do campo. Reconhecendo essa preocupação dos movimentos sociais discutiremos no próximo tópico deste capítulo a função educativa dos movimentos sociais do campo.

A função educativa dos Movimentos Sociais do Campo

Compreendo como educação o processo de formação do indivíduo em seus aspectos: social, cognitivo e emocional, que possibilita ao mesmo inserir-se em uma determinada sociedade. É importante salientar que este processo não ocorre apenas no espaço escolar, mas também em ambientes não escolares onde há relações sociais. De acordo com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) em seu Art. 1º:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996).

É partindo desta concepção de educação que se torna possível reconhecer um caráter educativo nos movimentos sociais do campo. Nestes movimentos as aprendizagens ocorrem através da prática cotidiana no movimento, da vivência de diversas situações. Os saberes são assimilados pelo grupo a partir da participação na coletividade. Há uma intencionalidade em formar cidadãos politizados, críticos, capazes de defender seus direitos, agentes da transformação social e interessados em lutar pelos objetivos do movimento social que são integrantes.

Os participantes dos movimentos sociais do campo aprendem quais são seus direitos sociais e a lutar pela efetivação dos mesmos, melhoram a auto-estima na medida em que vêm valorizados seus valores, modo de vida e sua identidade político-cultural.

Vale ressaltar que a educação que ocorre nos movimentos sociais do campo é a educação não-formal, ou seja, uma educação que tem uma intencionalidade em criar determinadas qualidades no grupo e alcançar alguns objetivos, mas que não respeita a rotina e nem a estrutura da educação formal, além de não dar certificações de níveis de ensino ou profissionais.

Nessa perspectiva, Gohn (1999, p. 103) acrescenta que:

Um dos pressupostos básicos da educação não-formal é o de que a aprendizagem se dá por meio da prática social. É a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera um aprendizado. A produção de conhecimentos ocorre não pela absorção de conteúdos previamente sistematizados, objetivando ser aprendidos, mas o conhecimento é gerado por meio da vivência de outras situações problemas. As ações interativas entre os indivíduos são fundamentais para aquisição de novos saberes, e essas ações ocorrem fundamentalmente no plano da comunicação verbal, oral, carregadas de todo o conjunto de representações e tradições culturais que as expressões orais contêm.

Sendo assim, as relações sociais e interpessoais que acontecem diariamente nos movimentos sociais do campo são responsáveis pela construção de novos conhecimentos por parte dos seus participantes. Neste sentido, Arroyo (2004, p.69) inferi que “o próprio movimento social é educativo, forma novos valores, nova cultura, provoca processos em que desde a criança ao adulto novos seres humanos vão se constituindo”

Gohn (1994, p.17) chama a nossa atenção para o fato de que o caráter educativo dos movimentos sociais se constrói de várias formas, em vários planos e dimensões que se articulam e não determinam nenhum grau de prioridade. A autora nomeia as seguintes dimensões: dimensão da organização política; dimensão da cultura política; dimensão espacial-temporal.

Na dimensão da organização política os indivíduos adquirem consciência através do conhecimento sobre quais são seus direitos e deveres e da apropriação de informações dispersas sobre, por exemplo, como funciona tal órgão público, como se deve proceder para se obter tal verba. Nesta dimensão, ocorre a construção da cidadania coletiva, na medida em que os participantes dos movimentos identificam os interesses opostos e buscam elaborar estratégias para enfrentar seus oponentes. (GHOHN, 1994)

Na dimensão da cultura política a participação cotidiana no movimento social gera o acúmulo de experiência, onde tem importância a vivência no passado e no

presente para a construção do futuro. Nesta dimensão aprende-se a não ter medo de tudo que foi considerado proibido e inacessível, a decodificar os motivos das restrições e proibições, a acreditar no poder da fala e das idéias quando expressas em lugares e ocasiões adequadas, a calar e a se resignar quando a situação é adversa, a criar códigos específicos para solidificar as mensagens e bandeiras de luta, a elaborar discursos e praticas segundo os cenários vivenciados e a não abrir mão de princípios que balizam determinados interesses como seus. (GOHN, 1994).

Na dimensão espacial-temporal os participantes do movimento social conhecem e reconhecem as condições de vida de parcelas da população no presente e no passado, tendo capacidade de historicizar os problemas sociais. Nesta dimensão desenvolve-se a consciência de cidadania no sentido do uso da coisa pública. (GOHN, 1994).

Nos parágrafos anteriores analisei a função educativa dos movimentos sociais do campo dando ênfase a educação não formal. É relevante refletir também sobre a atuação dos mesmos no âmbito da educação formal. Esta atuação teve início no período de redemocratização do país (década de 80) quando a luta dos movimentos sociais do campo deixou de ser apenas pelas questões ligadas a terra (expropriação, exploração) ampliando-se para uma luta pela garantia dos direitos sociais entre eles a educação.

Essa luta pela educação formal originou-se devido à preocupação das famílias com a educação dos seus filhos por acreditar que através dela eles poderiam ter um futuro melhor e pela constatação de que as escolas do campo privilegiam o espaço e os conhecimentos urbanos, não atendendo as especificidades do meio rural. Além disso, como afirma Campos et.al. (2006) essas escolas possuem menos recursos que as urbanas, são menores (94% das que oferecem Ensino Fundamental tem menos de cinco salas), algumas ainda são formadas por turmas multisseriadas ou unidocentes e a maioria não oferece biblioteca, laboratório de ciências nem de informática. Com relação aos professores observa-se que possuem baixa qualificação e salários inferiores aos da zona urbana.

Além da falta de estrutura, falta de recursos e professores sem formação específica, as instituições de ensino localizadas nas áreas rurais ainda apresentam problemas mais graves, como por exemplo, a distorção idade série, calendários e currículos descontextualizados, altos índices de reprovação e evasão.

Ainda na tentativa de justificar a luta dos movimentos sociais do campo pela educação formal são significativas as palavras de Caldart (2004, p. 94) ao afirmar que:

Se queremos novas relações de produção no campo, se queremos um país mais justo e com mais dignidade para todos, então também precisamos preocupar-nos em transformar instituições históricas como a escola em lugares que ajudem a formar os sujeitos destas transformações.

Neste contexto, os movimentos sociais do campo defendem uma educação do/para o campo que valorize os conhecimentos prévios dos educandos e contribua para o desenvolvimento integral dos mesmos. Uma educação fundamentada na realidade social, econômica, política e cultural da população do campo.

Devido à luta destes movimentos por uma educação de qualidade e que corresponda aos interesses dos trabalhadores rurais, atualmente presenciamos avanços das políticas públicas para educação do campo com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei. 9394/96), particularmente ao considerarmos os artigos 26 e 28, bem como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer nº. 36/2001 e Resolução nº. 1/2002).

Esses documentos reconhecem a diversidade sociocultural da zona rural e exige que os estabelecimentos de ensino se adéquem para atender as especificidades dos discentes do campo e de cada localidade. De acordo com as diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo em seu parágrafo único

A identidade das escolas do campo é definida pela sua vinculação as questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões a qualidade social da vida coletiva no país.

O grande desafio conforme salienta Baptista (2003, p.63) é “como transformar essas leis e instruções em realidade”, pois apesar das orientações e encaminhamentos presentes nas mesmas, a maioria das escolas existentes no espaço rural ainda apresentam currículos e calendários descontextualizados da realidade que estão inseridos.

Com relação à luta por uma educação escolar de qualidade no campo, merece destaque a atuação do Movimento dos Sem Terra (MST). Este movimento passou a considerar a escola como uma questão também política, segundo Caldart (2004, p.92) “como parte da estratégia de luta pela Reforma Agrária, vinculada as preocupações gerais do Movimento com a formação de seus sujeitos”

O MST possui escolas em todos os seus acampamentos e assentamentos, escolas que apresentam uma proposta pedagógica específica criada pelo Movimento para vinculá-las ao movimento de luta social, atender as necessidades dos educandos e valorizar e reconhecer as práticas educativas que acontecem fora delas. De acordo com Caldart (2004) a escola do MST humaniza os seus educandos, tem o ser humano como centro, como sujeito de direitos, como ser em construção, respeitando as suas temporalidades.

Considerações finais

Os Movimentos Sociais do Campo tem se constituído como espaço de resistência ao capitalismo e luta por uma melhor qualidade de vida no campo. Através da educação não formal busca proporcionar a população camponesa uma formação que os torne cidadãos críticos, reflexivos, capazes de assumir com compromisso e comprometimento as necessidades da comunidade, da situação de vida enquanto sujeito e as transformações sociais requeridas.

É preciso identificar as potencialidades da região do campo para que a comunidade trabalhe em prol de solucionar os seus problemas. Para isso, faz-se necessário investimento do governo, principalmente, na atividade produtiva da localidade e na educação que auxiliará o processo de formação dos cidadãos da comunidade local.

Nesse sentido é necessário que os Movimentos Sociais do Campo continuem lutando pela concretização de uma educação do/para o campo, que valorize os conhecimentos prévios dos educandos, e contribua para o desenvolvimento integral dos jovens rurais, bem como por escolas que se adequem para atender as especificidades dos discentes do campo e de cada localidade.

As escolas do campo precisam atuar juntas com os Movimentos Sociais do Campo para conquistar a melhoria da qualidade de vida da população do campo, estes espaços formadores possibilitam a interação entre diferentes sujeitos com vivências, experiências, conhecimentos e formas de compreender a realidade, também diferentes. Essa interação potencializa a luta da população rural pela efetivação de seus direitos sociais.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Salete, MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

AZEVEDO, Fernando Antonio. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro. **Educação rural: das experiências a política pública**. Brasília, Editorial Abaré, 2003.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96**. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Brasília, 1996.

CALDART, Roseli Salete; CERIOLI, Paulo Ricardo; FERNANDES, Bernardo Mançano. Primeira Conferencia Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”. In: ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CAMPOS, Roxana Maria R.; MELLO, Márcio Corrêa de; SAMPAIO, Carlos Eduardo M. et al. O desafio da Educação do Campo In: BOF, Alvana Maria (org). **A educação no Brasil rural**. Brasília: Instituto nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

GHEDINI, Cecília Maria. **A formação de educadores no espaço dos movimentos sociais - um estudo a partir da “I turma de pedagogia da terra da via Campesina/Brasil”**. Dissertação (Mestrado)–Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Disponível em WWW.dominiopublico.gov.br

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez. 1994.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Vozes, FASE, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petropolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

RESOLUÇÃO CNE/CEB n.º 1 de 3/4/2002. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, 2002.

WANDERLEY, Maria de N.B. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A., ed. tec. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**: Conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.